

24/10/2013

PLENÁRIO

AG.REG. NO AG.REG. NO HABEAS CORPUS 115.468 PARÁ

RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE
AGTE.(S)	: ANTONIO SÉRGIO BARATA DA SILVA
ADV.(A/S)	: TIAGO ALAVERON ALMEIDA ALVES
AGDO.(A/S)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EMENTA: Agravo regimental no agravo regimental em *habeas corpus*. Despacho que reconhece a existência, ou não, de prevenção a determinado ministro para relatoria de processos. Inexistência de lesividade ao interesse das partes. Manutenção das circunstâncias fáticas. Decisão agravada fundamentada na jurisprudência desta Corte. Agravo não conhecido.

O despacho do Presidente do Supremo Tribunal Federal que reconhece a existência, ou não, de prevenção a determinado Ministro para relatoria de processos, em respeito às normas regimentais de organização interna e à legislação processual, não possui conteúdo capaz de lesar direito da parte.

Ademais, é inviável o agravo regimental que não impugna todos os fundamentos da decisão agravada e se limita a reiterar os argumentos apresentados anteriormente, os quais foram oportunamente apreciados nos estritos limites legais e regimentais das atribuições conferidas ao Presidente. Precedentes.

Agravo regimental não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária, sob a presidência do ministro Joaquim Barbosa, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por maioria de votos e nos termos do voto do Relator, em não conhecer do agravo regimental, vencido o Ministro Marco Aurélio.

Brasília, 24 de outubro de 2013.

HC 115468 AGR-AGR / PA

Ministro JOAQUIM BARBOSA

Presidente

Documento assinado digitalmente

24/10/2013

PLENÁRIO

AG.REG. NO AG.REG. NO HABEAS CORPUS 115.468 PARÁ

RELATOR	: MINISTRO PRESIDENTE
AGTE.(S)	: ANTONIO SÉRGIO BARATA DA SILVA
ADV.(A/S)	: TIAGO ALAVERON ALMEIDA ALVES
AGDO.(A/S)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (PRESIDENTE): Trata-se de agravo regimental interposto contra despacho da Presidência do Supremo Tribunal Federal, que não conheceu do agravo regimental antecedente por reputá-lo manifestamente inadmissível.

A decisão agravada possui o seguinte teor:

“Trata-se de agravo regimental interposto contra despacho por mim proferido nos seguintes termos:

‘Tendo em vista as informações prestadas pela Seção de Recebimento e Distribuição de Originários, sobretudo no tocante à distribuição do presente habeas corpus segundo a regra prevista no § 5º do art. 67 do Regimento Interno deste Tribunal, restitua-se os autos ao eminente Ministro Luiz Fux’.

Insiste o agravante na “redistribuição do presente habeas corpus, por prevenção, ao eminente Ministro Marco Aurélio”.

É o relatório.

Decido.

O Presente agravo é manifestamente inadmissível.

A fixação da competência de um, dentre todos os Ministros igualmente competentes desta Corte para relatar causas e recursos, é assunto atinente à organização interna deste Tribunal e, portanto, indisponível ao interesse das partes.

Trata-se de ato privativo da Presidência como órgão supervisor da distribuição, e, como tal, é de mero expediente, insuscetível de causar gravame às partes ou a terceiros e contra o qual não cabe recurso, ante a incidência do disposto no art.

HC 115468 AGR-AGR / PA

504 do Código de Processo Civil.

Nesse sentido, destaco os seguintes precedentes: AI 748.144-AgR, HC 89.965-AgR, MS 28.847-AgR, Rcl 9.460-AgR, e RE 627.276-AgR, todos relatados pelo ministro Cezar Peluso, e HC 91.220-ED-ED, da relatoria do ministro Ayres Britto.

Por fim, consigno que a prevenção para a distribuição do presente feito decorre da impetração do HC 103.282, da relatoria da Min. Cármen Lúcia.

De todo o exposto, não conheço do agravo regimental por reputá-lo manifestamente inadmissível (art. 21, § 1º, do RISTF, e 38 da Lei nº 8.038, de 28.05.1990) e determino a imediata devolução dos autos ao eminente Min. Luiz Fux”.

Pois bem, a parte agravante requer *“a reconsideração do r. despacho ora agravado, determinando a redistribuição do HC 115.468 ao eminente Ministro Marco Aurélio, por prevenção da competência”*.

Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos e submeto o recurso à apreciação deste Plenário.

É o relatório.

24/10/2013

PLENÁRIO

AG.REG. NO AG.REG. NO HABEAS CORPUS 115.468 PARÁ

VOTO

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (PRESIDENTE): Entendo que o agravo regimental não merece acolhimento.

Conforme asseverei na decisão agravada, é firme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de que a fixação da competência de um Ministro, entre todos os integrantes igualmente competentes desta Corte, para relatar causas e recursos é assunto atinente à organização interna do Tribunal e, portanto, estranho ao interesse das partes.

Assim, o despacho que reconhece, ou não, a prevenção para relatoria das causas a determinado Ministro, em respeito às normas regimentais de organização interna e à legislação processual, não possui conteúdo capaz de lesar direito da parte, pois se trata de ato privativo da Presidência como órgão supervisor da distribuição, e, como tal, de mero expediente e que atrai a incidência do art. 504 do Código de Processo Civil.

Nesse sentido, destaco os seguintes precedentes: AI 748.144-AgR, HC 89.965-AgR, MS 28.847-AgR, Rcl 9.460-AgR, e RE 627.276-AgR, todos relatados pelo ministro Cezar Peluso, e HC 91.220-ED-ED, da relatoria do ministro Ayres Britto.

Ademais, é importante destacar que não foi trazido qualquer novo elemento de convicção a recomendar o provimento do agravo, permanecendo inalterado o quadro fático-jurídico que motivou a decisão que não conheceu do agravo antecedente em fiel observância à jurisprudência da Corte e nos estritos limites legais e regimentais das atribuições conferidas ao Presidente do Supremo Tribunal (artigos 13 do RISTF, e 38 da Lei nº 8.038/90).

Nesse ponto, é da jurisprudência desta Corte o entendimento de que a mera reiteração das razões apresentadas e já apreciadas não é suficiente para viabilizar o provimento do agravo (AgR em AI nº 213.006-6, rel. Min. Maurício Corrêa, RE 439.362-AgR/SP, rel. Min. Ellen Gracie, dentre outros).

HC 115468 AGR-AGR / PA

Ante o exposto, **não conheço do agravo regimental** por reputá-lo manifestamente inadmissível (art. 21, § 1º, do RISTF, e 38 da Lei nº 8.038, de 28.05.1990) e **determino** a imediata remessa dos autos ao eminente Min. Luiz Fux, relator do *habeas corpus*.

É como voto.

24/10/2013

PLENÁRIO

AG.REG. NO AG.REG. NO HABEAS CORPUS 115.468 PARÁ

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Presidente, peço vênua, porque admito o agravo regimental contra qualquer pronunciamento que o jurisdicionado tenha como contrário aos respectivos interesses. Admitindo agravo regimental, acompanho Vossa Excelência já que a minuta respectiva não está dirigida de modo a infirmar todos os fundamentos da decisão pela qual assentada a prevenção.

PLENÁRIO

EXTRATO DE ATA

AG.REG. NO AG.REG. NO HABEAS CORPUS 115.468

PROCED. : PARÁ

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE

AGTE.(S) : ANTONIO SÉRGIO BARATA DA SILVA

ADV.(A/S) : TIAGO ALAVERON ALMEIDA ALVES

AGDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: O Tribunal, nos termos do voto do Relator, Ministro Joaquim Barbosa (Presidente), não conheceu do agravo regimental, vencido o Ministro Marco Aurélio quanto ao cabimento. Ausentes, justificadamente, o Ministro Celso de Mello, a Ministra Cármen Lúcia, em viagem oficial para participar do Programa del VI Observatorio Judicial Electoral e do Congresso Internacional de Derecho Electoral, promovidos pela Comissão de Veneza, na Cidade do México, e o Ministro Dias Toffoli. Plenário, 24.10.2013.

Presidência do Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Presentes à sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski, Luiz Fux, Rosa Weber, Teori Zavascki e Roberto Barroso.

Vice-Procuradora-Geral da República, Dra. Ela Wiecko Volkmer de Castilho.

p/ Luiz Tomimatsu
Assessor-Chefe do Plenário